JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.12 05:42:51 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 12 de abril de 2023 • Nº 1538 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TERROR EM BRASÍLIA

Supremo marca julgamento de 100 golpistas

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, agendou para o dia 18 de abril o começo do julgamento das primeiras denúncias de pessoas acusadas de participação nos ataques golpistas de 8 de janeiro. Rosa atendeu a pedido do ministro relator, Alexandre de Moraes, e estabeleceu que as primeiras cem denúncias serão analisadas entre os dias 18 e 24 de abril, no plenário virtual do STF. Os ministros vão decidir se tornam réus as pessoas denunciadas em dois inquéritos — 50 delas relacionadas à investigação que apura os instigadores dos atos que resultaram na invasão e depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. PÁGINA 2

MICROEMPRESAS

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Caixa vai reduzir juros para 2,1 mi de MPEs

A Caixa Econômica Federal pretende reduzir juros para cerca de 2,1 milhões de micro e pequenas empresas (MPEs). A presidente do banco, Rita Serrano (**foto**), fez o anúncio durante evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo ontem. A redução será possível por causa de um acordo firmado com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Segundo a Caixa, os juros poderão cair até 33% em algumas linhas de crédito. "A Caixa está voltando a atuar fortemente nos programas do governo, no Minha Casa Minha Vida, (no) Bolsa Família. Toda a função da Caixa no gerenciamento de programas sociais está retornando e, junto com isso, o olhar para o desenvolvimento do país, voltado para o setor produtivo. Precisamos de crédito para produzir", disse Rita Serrano. Empresas associadas ao convênio poderão contratar linha de capital de giro com taxas a partir de 1,21% ao mês. A compra de máquinas e equipamentos poderá ser financiada com taxas a partir de 1,34% ao mês. Os clientes associados também terão taxas reduzidas na contratação do GiroCaixa Fampe, com juros a partir de 1,87% ao mês. Sem destinação específica e sem garantia, o empréstimo é destinado a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, que faturam até R$ 4,8 milhões por ano.

IPCA

Inflação oficial do Brasil cai para 0,71% em março

O índice oficial de inflação do Brasil teve alta de 0,71% em março com a pressão da gasolina mais cara. É o que apontam os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O indicador, contudo, desacelerou o ritmo de alta na comparação com fevereiro, quando havia subido 0,84%. Segundo o IBGE, esse movimento se deve à perda de força de produtos e serviços diversos, incluindo artigos de residência e alimentos. A variação de 0,71% ficou abaixo das expectativas de analistas consultados pela agência Bloomberg. A mediana das projeções era de alta de 0,77% em março. PÁGINA 2

TRANSPORTE

PSB NACIONAL

Aéreas devem iniciar venda de passagem a R$ 200 em agosto

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB) (**foto**), disse que o programa Voa Brasil, com passagens aéreas a R$ 200, deve começar a funcionar em agosto. As declarações foram em entrevista a O Globo. Márcio França disse que dará o início ao programa a partir do segundo semestre de 2023, com passagens vendidas por meio das companhias aéreas Latam, Gol e Azul. No entanto, falta firmar acordo com as concessionárias dos aeroportos. França destacou que o governo não fará aporte financeiro para subsidiar o programa, mas ajudará na parte de organização e divulgação, por meio da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). No momento, o Voa Brasil prevê passagens mais baratas no período de baixa temporada para estudantes do Fies, bolsistas, funcionários públicos, aposentados e todos aqueles inscritos no CadÚnico, onde são registradas as famílias beneficiárias de programas assistenciais do governo. Aqueles que têm direito, deverão se cadastrar diretamente nos sites das empresas aéreas. Os beneficiários poderão adquirir até duas passagens ao ano pelo valor de R$ 200, cada passagem com direito a um acompanhante. PÁGINA 2

VÍTIMAS DO TRÁFICO

Brasileiras presas na Alemanha são soltas

As brasileiras Kátyna Baía, 44, e Jeanne Paolini, 40, foram soltas na Alemanha ontem após passarem mais de um mês presas. Elas tiveram a identificação da mala trocada e foram presas em Frankfurt sob a acusação de levar 40 kg de cocaína na bagagem. O pedido de soltura foi feito pelo Ministério Público alemão. Investigações da Polícia Federal apontaram que elas foram vítimas de uma quadrilha que trocava bagagens no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Um dia antes do embarque das brasileiras, o mesmo golpe foi aplicado em uma mala que iria para a França, segundo a PF. A soltura foi confirmada pelo Ministério das Relações Exteriores e por Chayane Kuss, advogada que faz a defesa das brasileiras na Alemanha. A dupla foi presa em 5 de março. Para o delegado Bruno Gama, responsável na Polícia Federal de Goiás pela investigação que prendeu seis pessoas envolvidas no golpe em Guarulhos, o caso de Paris, executado da mesma forma. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: 4,29% / 106.213,76 / 4.367,12 / Volume: R$ 32.249.874.857 / Negócios: 4.527.510

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	7.11	+17.13	+1.04
AZUL PN N2	12.28	+13.81	+1.49
HAPVIDA ON NM	2.65	+12.77	+0.30
MAGAZ LUIZA ON NM	3.78	+12.84	+0.43
CVC BRASIL ON NM	3.17	+11.62	+0.33

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
MINERVA ON NM	9.94	–1.29	–0.13
TAESA UNT N2	33.94	–0.03	–0.01
ENGIE BRASILON NM	39.84	0.00	.00
SAO MARTINHOON NM	29.15	+0.21	+0.06
ENERGIAS BR ON NM	22.34	+0.36	+0.08

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	82.36	+5.28	+4.13
PETROBRAS PN N2	25.66	+4.69	+1.15
BRADESCO PN EJ N1	13.87	+5.24	+0.69
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	25.47	+3.24	+0.80
BTGP BANCO UNT N2	22.60	+8.39	+1.75

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.684,79	+0,29
NASDAQ Composite	12.031,877	-0,43
Euro STOXX 50	4.333,8	+0,58
CAC 40	7.390,28	+0,89
FTSE 100	7.785,72	+0,57
DAX 30	15.655,17	+0,37

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,71% (mar.)	Compra: 5,5055	Venda: 5,6855
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,31	até o dia 11/abr.	Compra: 5,0122	Venda: 5,0128
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(12/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 318,90	Compra: 5,0061	Venda: 5,0067
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(abr./04)	0,1742%	Compra: 5,4639	Venda: 5,4645	Compra: 5,0122	Venda: 5,1922

Economia

MERCADOS

Bolsa tem maior alta diária em seis meses e dólar cai para R$ 5

A inflação de março, abaixo do esperado pelos economistas, fez a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) disparar ontem. O Ibovespa (Índice Bovespa) teve sua maior alta diária em mais de seis meses, com os analistas enxergando uma porta para um corte de juros pelo BC (Banco Central) com os preços em desaceleração.

O Ibovespa fechou em alta de 4,29%, a 106.213 pontos. É o maior avanço diário do índice desde o dia 3 de outubro de 2022, dia seguinte ao primeiro turno da eleição presidencial.

O dólar comercial à vista caiu 1,16%, a R$ 5,007. Esta é a menor cotação de fechamento para a moeda americana frente o real desde junho de 2022.

Nos mercados futuros, os juros também reagiram à inflação. Nestas negociações, o mercado tenta antecipar o comportamento da Selic nos próximos anos, de acordo com o vencimento de cada contrato.

Nos contratos para janeiro de 2024, a taxa passou dos 13,22% do fechamento de segunda-feira para 13,14%. No vencimento em janeiro de 2025, os juros recuaram de 11,99% para 11,78%. Para janeiro de 2027, os juros caíram de 11,98% para 11,75%.

Destaque para a ação ordinária do Magazine Luiza, que sobe mais de 11%.

Em Nova York, o Dow Jones fechou em alta de 0,29%. O S&P 500 terminou o dia estável, enquanto o Nasdaq fechou em baixa de 0,43%.

IPCA

Inflação oficial de março desacelera para 0,71%

O índice oficial de inflação do Brasil teve alta de 0,71% em março com a pressão da gasolina mais cara. É o que apontam os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O indicador, contudo, desacelerou o ritmo de alta na comparação com fevereiro, quando havia subido 0,84%. Segundo o IBGE, esse movimento se deve à perda de força de produtos e serviços diversos, incluindo artigos de residência e alimentos.

A variação de 0,71% ficou abaixo das expectativas de analistas consultados pela agência Bloomberg. A mediana das projeções era de alta de 0,77% em março.

Com o novo resultado, o IPCA acumulou inflação de 4,65% em 12 meses, abaixo dos 5,6% até fevereiro. Trata-se do menor nível desde janeiro de 2021, quando o índice marcava 4,56%.

GASOLINA

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 8 tiveram alta de preços em março. O segmento dos transportes foi o destaque, com o maior impacto (0,43 ponto percentual) e a maior variação (2,11%).

Nesse grupo, houve influência da gasolina, que subiu 8,33%. O combustível foi o subitem com o maior impacto individual em março (0,39 ponto percentual).

O etanol também teve alta (3,2%). O mês passado marcou o retorno parcial da cobrança de tributos federais sobre os dois combustíveis.

"Os resultados da gasolina e do etanol foram influenciados principalmente pelo retorno da cobrança de impostos federais no início do mês, estabelecido pela Medida Provisória 1.157/2023. Havia, portanto, a previsão do retorno da cobrança de Pis/Cofins sobre esses combustíveis a partir de 1º de março", disse André Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

ARTIGOS

O único grupo em queda foi o de artigos de residência (-0,27%), que tinha subido em fevereiro (0,11%). O ramo foi puxado pela baixa nos preços dos itens de TV, som e informática (-1,77%), principalmente televisor (-2,15%) e computador pessoal (-1,08%). Os eletrodomésticos e equipamentos também recuaram (-0,23%).

Do lado das altas, após os transportes, vieram saúde e cuidados pessoais (0,82%) e habitação (0,57%). Esses segmentos, contudo, desaceleraram ante o mês anterior —os avanços haviam sido maiores em fevereiro, de 1,26% e 0,82%.

ALIMENTOS

Outro grupo que perdeu força em março foi o de alimentação e bebidas, que tem o maior peso no cálculo do IPCA. A alta dos preços atingiu 0,05%, após 0,16% no mês anterior.

Essa desaceleração foi influenciada pela queda da alimentação no domicílio (-0,14%). Trata-se do primeiro recuo em seis meses.

"Pelo lado positivo, um dos destaques ficou por conta de alimentação e bebidas. O grupo possui o maior peso e avançou somente 0,05%. Esse valor é ainda mais significante considerando que a alimentação no domicílio, a mais essencial, teve deflação (queda. Esse movimento de arrefecimento parece ser um ajuste gradual das cadeias produtivas globais desde o 2º semestre de 2022", analisou o banco Original.

Nos alimentos, houve queda nos preços da batata-inglesa (-12,8%) e do óleo de soja (-4,01%). Também foram registrados recuos da cebola (-7,23%), do tomate (-4,02%) e das carnes (-1,06%). Do lado das altas, destacam-se a cenoura (28,58%) e o ovo de galinha (7,64%).

André Almeida, do IBGE, indicou que um dos fatores para a trégua dos alimentos é a oferta maior de determinados produtos no mercado interno. As carnes, por exemplo, podem ter caído com o embargo a exportações brasileiras para a China e o período da quaresma, conforme o pesquisador.

META

O centro da meta de inflação, que serve de referência para o BC (Banco Central), é de 3,25% em 2023. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%).

Embora o IPCA tenha ficado abaixo do teto em abril, analistas esperam que o índice volte a ganhar força no segundo semestre, estourando a meta pelo terceiro ano consecutivo.

EUROPA

Embraer e Saab se unem para vender cargueiro KC-390

As empresas aeronáuticas brasileira Embraer e sueca Saab anunciaram ontem a expansão de sua parceira na área militar. Elas irão ofertar o avião de transporte e reabastecimento aéreo KC-390, estrela do portfólio da fabricante brasileira, para a Força Aérea da Suécia e outras Aeronáuticas europeias.

O avião já foi adotado por três Forças integrantes da Otan, a aliança militar ocidental em que os suecos estão tentando ingressar na esteira da Guerra da Ucrânia. São clientes Portugal, Hungria e Holanda. "Podemos crescer em diversos mercados", disse o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Bosco da Costa Junior. As empresas já têm parceria na produção da versão mais moderna do caça sueco Gripen, inclusive no desenvolvimento de sua versão para dois pilotos. Ao todo, 15 dos 40 aviões comprados pelo Brasil serão feitos na linha da Embraer a ser aberta neste mês em Gavião Peixoto. Agora, a ideia é usar a integração alcançada desde que o Gripen foi escolhido, em 2014, como base para exportar o avião para mercados na América Latina -hoje, sete países têm versões do caça, Brasil e Suécia unidades das versões mais recentes, a E (um lugar) e a F (dois lugares). O caça já concorre como opção de 12 novos aviões da Colômbia. "Nós queremos fazer o máximo de Gripen no Brasil", afirmou Micael Johansson, presidente da Saab. Ele prevê que a vida útil do avião, em ciclos de modernização, chegue a 2060.

Ele também coloca como prioridade o segundo lote de Gripen para a FAB (Força Aérea Brasileira). O contrato inicial em 2014 de 39,5 bilhões de coroas suecas (com correção, cerca de R$ 28 bilhões hoje) era para 36 aviões, mas foi ampliado em 4 unidades no ano passado, algo em negociação. A Força quer ainda mais 26 aviões. A FAB passou a operar os primeiros quatro caças no fim de 2021. Este ano, de quatro a seis unidades deverão ser entregues, um processo que irá inicialmente até 2027.

As empresas também anunciaram, durante a feira militar LAAD-2023 no Rio, que procuram trabalhar juntas em um programa de aeronave de caça futura --a chamada sexta geração.

TRANSPORTE

Venda de passagens a R$ 200 deve começar em agosto com 3 aéreas

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), disse que o programa Voa Brasil, com passagens aéreas a R$ 200, deve começar a funcionar em agosto. As declarações foram em entrevista a O Globo.

Márcio França disse que dará o início ao programa a partir do segundo semestre de 2023, com passagens vendidas por meio das companhias aéreas Latam, Gol e Azul. No entanto, falta firmar acordo com as concessionárias dos aeroportos.

França destacou que o governo não fará aporte financeiro para subsidiar o programa, mas ajudará na parte de organização e divulgação, por meio da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

No momento, o Voa Brasil prevê passagens mais baratas no período de baixa temporada para estudantes do Fies, bolsistas, funcionários públicos, aposentados e todos aqueles inscritos no CadÚnico, onde são registradas as famílias beneficiárias de programas assistenciais do governo. Aqueles que têm direito, deverão se cadastrar diretamente nos sites das empresas aéreas.

Os beneficiários poderão adquirir até duas passagens ao ano pelo valor de R$ 200, cada passagem com direito a um acompanhante.

Para o ministro, o programa "é mais um arranjo de oportunidades das empresas privadas do que um programa público".

O ministério de Portos e Aeroportos estima que o Voa Brasil pode acrescentar até cinco milhões de novos passageiros em todo o país. O governo quer ocupar de 5% a 10% das vagas ociosas nos voos, ou seja, aquelas vagas que não são preenchidas no período de baixa temporada, quando a procura por viagens é menor.

MENOS OTIMISMO

Construção civil reduz previsão de crescimento

Após dez trimestres seguidos de um cenário otimista, a projeção de crescimento da construção civil foi revisada para baixo. Dados divulgados ontem pela Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) reduzem a estimativa de alta de 2,5% em 2023 para uma projeção de expansão de 2%.

O corte é consequência da forte onda de saques às cadernetas de poupança, cujos recursos financiam parte relevante das vendas de imóveis residenciais do país, além de um descasamento entre os valores dos imóveis compatíveis com financiamento pelo FGTS (fundo de garantia) em meio ao avanço da Selic para 13,75% ao ano.

"Se estamos revisando para baixo é sinal de que, o que a gente previa, não está acontecendo e, o pior, a causa não está sendo devidamente enfrentada e nós deveremos ter mais problemas do que já estamos tendo", afirmou o presidente da entidade, José Carlos Martins, durante feira do setor de construção, Feicon. No ritmo projetado, segundo Martins, só em 2032 a construção vai conseguir retomar o pico de suas atividades registrado em 2014.

CARTA

Ao FMI, Haddad defende reforma tributária progressista

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, traduziu a reforma tributária defendida pelo governo como um regime mais progressista, em que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos que os pobres, inclua-os no Orçamento e proporcione desenvolvimento ao país. Ele apresentou, ontem, uma declaração por escrito ao Comitê Monetário e Financeiro do Fundo Monetário Internacional (IMFC, na sigla em inglês) com um resumo das propostas econômicas do governo.

"Nosso objetivo é trazer os pobres para o orçamento e os ricos para o sistema tributário", destacou Haddad no documento. Por causa da viagem oficial à China, o ministro não participará da Reunião de Primavera do FMI e do Banco Mundial, realizada nesta semana em Washington. O documento é assinado pelo Brasil e por mais dez países representados pelo assento brasileiro no órgão.

Segundo Haddad, o governo trabalha com o Congresso Nacional para permitir a aprovação de uma reforma tributária que corrija distorções e resulte em mudanças estruturais na economia brasileira. O ministro citou como resultados a simplificação da legislação e dos procedimentos, o fim da guerra fiscal entre estados e o aumento da transparência e da justiça no sistema.

"O principal objetivo (da reforma tributária) não é aumentar a receita, mas melhorar a qualidade da mobilização de receita. O sistema tributário do Brasil é excessivamente complexo, regressivo, distorcido e pesado. Ele onera indevidamente as empresas e acentua as desigualdades regionais e sociais", destacou o ministro.

A reforma tributária está prevista em duas fases. No primeiro semestre, o governo pretende reformular os impostos sobre o consumo, criando um imposto sobre valor adicionado (IVA) dual (uma parte arrecadada pela União e outra por estados e municípios). No segundo semestre, o governo pretende reformar o Imposto de Renda e a tributação dos lucros de empresas.

Segundo Haddad, o governo também aproveitará a reforma tributária para revisar incentivos fiscais a determinados setores da economia. Conforme o ministro, a revisão dos gastos tributários – quanto o governo deixa de arrecadar com os incentivos – é necessária para combater a "captura do Estado" por determinados setores da economia e tornar o sistema tributário brasileiro mais justo e progressivo.

CALOTE

Light entra na Justiça para não pagar dívidas

O Grupo Light, que controla a distribuidora de energia de mesmo nome no Rio de Janeiro e já vinha com problemas financeiros, entrou na Justiça na tentativa de suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores. A informação foi divulgada pela empresa em comunicado ao mercado ontem. A Light utilizou o instrumento de medida cautelar, na Justiça do Rio, na segunda-feira, e solicitou que a demanda permanecesse em sigilo e fosse atendida com urgência.

No comunicado, a Light não informa os credores que são alvos da cautelar, mas segundo apuração, grandes bancos, fundos de investimento.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

DP Brasil Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante		**6.898**	**6.667**	**79.442**	**49.475**
Caixa e equivalentes de caixa	3	100	208	14.859	5.453
Títulos e valores mobiliários	3	6.483	5.894	6.483	5.894
Contas a receber	4	–	–	33.869	16.005
Estoques	5	–	–	11.604	10.988
Impostos a recuperar	6.1	315	565	5.913	2.815
Despesas antecipadas	7	–	–	6.499	8.126
Outros valores		–	–	215	194
Não circulante		**250.948**	**284.798**	**332.239**	**394.068**
Impostos a recuperar	6.1	–	–	5.567	2.650
Depósitos judiciais		–	–	1.004	542
Outros valores		–	–	71	1.520
Outras contas a receber – partes relacionadas	8.1	35.702	34.999	–	–
Investimentos	9	215.246	249.794	–	–
Direito de uso de arrendamento	12	–	–	38.837	53.289
Imobilizado	10	–	5	71.499	90.034
Intangível	11	–	–	215.261	246.033
Total do ativo		**257.846**	**291.465**	**411.681**	**443.543**

Passivo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021 (reapresentado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (reapresentado)
Circulante		**65.934**	**142.809**	**174.723**	**218.392**
Fornecedores		–	261	31.571	20.756
Partes relacionadas (risco sacado)	8.1	–	–	15.338	13.287
Empréstimos e financiamentos	13	60.121	136.759	84.728	141.873
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	13.680	16.343
Obrigações tributárias	6.2	43	19	1.786	1.675
Arrendamento	12	–	–	10.719	10.564
Outras contas a pagar	15	5.770	5.770	16.901	13.894
Não circulante		**26.294**	**30.973**	**71.340**	**107.468**
Empréstimos e financiamentos	13	–	17.339	37.173	61.484
Obrigações tributárias	6.2	–	–	1.951	–
Arrendamento	12	–	–	28.881	43.641
Partes relacionadas	8.1	26.294	13.634	214	81
Provisão para contingências	14	–	–	3.121	2.135
Outras contas a pagar	15	–	–	–	127
Patrimônio líquido	16	**165.618**	**117.551**	**165.618**	**117.551**
Capital social		474.047	311.133	474.047	311.133
Reserva de capital		4.656	3.323	4.656	3.323
Prejuízos acumulados		(313.085)	(196.905)	(313.085)	(196.905)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	132	–	132
Total do patrimônio líquido e dos recursos capitalizáveis		**165.618**	**117.683**	**165.618**	**117.683**
Total do passivo, patrimônio líquido e dos recursos capitalizáveis		**257.846**	**291.465**	**411.681**	**443.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	17	–	–	276.813	211.764
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	18	–	–	(237.304)	(164.665)
Lucro bruto		–	–	**39.509**	**47.099**
Despesas gerais e administrativas	19	(2.204)	(1.678)	(107.497)	(87.515)
Despesas com vendas	19	–	–	(8.228)	(6.557)
Equivalência patrimonial	9.3	(100.799)	(60.543)	–	–
Outras receitas (despesas), líquidas		–	(2.128)	(11.547)	(5.446)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(103.003)**	**(64.349)**	**(87.763)**	**(52.419)**
Receitas financeiras	20	1.505	677	2.859	1.913
Despesas financeiras	20	(14.682)	(12.858)	(29.932)	(25.528)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(116.180)**	**(76.530)**	**(114.836)**	**(76.034)**
IRPJ e contribuição social		–	–	(1.344)	(496)
Prejuízo do exercício		**(116.180)**	**(76.530)**	**(116.180)**	**(76.530)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	AFAC	Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**249.893**	**–**	**1.779**	**(120.375)**	**131.297**	**132**	**131.429**
Aumento de capital	61.240	–	–	–	61.240	–	61.240
Opções de ações outorgadas	–	–	1.544	–	1.544	–	1.544
Prejuízo do exercício	–	–	–	(76.530)	(76.530)	–	(76.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**311.133**	**–**	**3.323**	**(196.905)**	**117.551**	**132**	**117.683**
Aumento de capital	**183.071**	**(20.157)**	**–**	**–**	**162.914**	**(132)**	**162.782**
Opções de ações outorgadas	–	–	**1.333**	–	**1.333**	–	**1.333**
Prejuízo do exercício	–	–	–	**(116.180)**	**(116.180)**	–	**(116.180)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**494.204**	**(20.157)**	**4.656**	**(313.085)**	**165.618**	**–**	**165.618**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A DP Brasil Participações Societárias S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, 336, Sala 702, Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R$313.085 (R$196.905 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo no valor de R$59.036 (R$136.142 em 31 de dezembro de 2021) e capital circulante líquido negativo consolidado no valor de R$95.281 (R$168.917 em 31 de dezembro de 2021), bem como prejuízo apurado no exercício findo nessa data no valor de R$116.180 (R$76.530 em 31 de dezembro de 2021). Durante os próximos exercícios, os acionistas da Companhia estão comprometidos com a realização de aportes de recursos para suportar financeiramente suas atividades. A Companhia está no processo de expansão, com o entendimento de sua Administração que considera a situação circunstancial e projeta que a partir do próximo exercício o cenário financeiro da Companhia passará a ser revertido, quando as operações da maior parte das lojas próprias abertas durante os primeiros anos do processo de expansão atingirão sua maturação, trazendo lucratividade e geração de caixa operacional para a Companhia, visando a remuneração do capital de seus acionistas. Em 29 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu a investida Nova Umbria Empreendimentos e Participações Ltda., que teve a sua denominação social alterada em 17 de outubro de 2019 para DP Brasil Operações, Franquias e Participações Ltda., que detém investimentos em empresas que possuem o direito de exploração da marca Domino's Pizza no Brasil, cujo contrato master franquia permite a abertura de lojas próprias e de franqueados em todo o território nacional. A Companhia atua como holding que controla a plataforma de *food service*, incluindo uma fábrica e uma distribuidora, que fornecem as matérias-primas aos restaurantes da rede, opera restaurantes próprios, atua com franqueadora e administra a marca Domino's Pizza Brasil, como o único representante licenciado no Brasil. A Companhia é controlada da Vinci Capital Partners III A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém participação de 99,15% no capital social da DP Brasil Participações Societárias S.A. O outro acionista da Companhia é a empresa Sorrento Investments, LLC, que detém participação de 0,85% no capital social da DP Brasil Participações Societárias S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas – 2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. O pronunciamento técnico CPC 22 – Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de produção e venda de alimentos e bebidas, representando, portanto, um único segmento de atuação. Além da análise do segmento como um todo, os tomadores de decisões da Companhia analisam o segmento de forma desagregada pelo resultado de cada loja. Porém, esta análise individualizada não representa segmentos operacionais distintos. A Companhia não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela administração em 28 de março de 2023. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual com outros detentores de voto da investida; • Direitos originados de acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	2022 Participação societária – % Direta	2022 Participação societária – % Indireta	2021 Participação societária – % Direta	2021 Participação societária – % Indireta
DP Brasil Operações, Franquias e Participações Ltda.	**100%**	–	100%	–
DP1 Restaurante Ltda.	–	**100%**	–	100%
DP2 Restaurante Ltda.	–	**100%**	–	100%
DP3 Industria e Distribuição de Alimentos Ltda.	–	**100%**	–	100%
Kin Alimentos Ltda. (*)	–	–	–	100%
Kin Alpha Alimentos Ltda. (*)	–	–	–	100%
RCF Food Bar e Restaurante Eireli (*)	–	–	–	100%
DPM Operações e Restaurantes Ltda. (*)	–	–	–	100%
DM5 Pizzas Ltda. (*)	–	–	–	100%
Allegro Calabria Alimentos Ltda. (*)	–	–	–	100%
Bella Calabria Alimentos Ltda. (*)	–	–	–	100%
Vila Calabria Alimentos Ltda. (*)	–	–	–	100%
DPB Operações e Restaurantes Ltda.	**100%**	–	100%	–

(*) Companhias incorporadas pela controlada DP1 Restaurante Ltda. ao longo do exercício de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada DP1 Restaurante Ltda. adquiriu as empresas Domino's Pizza Santos 2, ARG Produtos Alimentícios Ltda., Adue Ltda. e Pizzaria Portugal Brasil Eireli. **2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras:** a) Combinação de negócios e ágio: Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* – entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* – entrada de recursos adquirido em *outputs* – saídas de recursos, e os inputs – entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* – saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. b) Classificação entre circulante e não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • Se tratar de caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. c) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. d) Receita de contrato de cliente: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: *Vendas de produtos:* A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. *Prestação de serviços:* A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais. *Receita de franchise fee de sub-franqueados:* O reconhecimento de receitas em relação ao *franchise fee* é reconhecida de acordo com o prazo estipulado de permanência da marca junto ao franqueado. *Receita de títulos e valores mobiliários:* A receita sobre os títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. e) Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Ativos financeiros – mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia somente possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e outros ativos financeiros. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas, quando identificado um risco de recuperabilidade dos montantes, com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro em inadimplemento quando

continua ...

DP Brasil Participações Societárias S.A.

... continuação

CNPJ/MF nº 29.739.490/0001-24

informações internas ou externas indicam ser improvável que a Companhia receba integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Companhia identificou provisões para perdas a serem reconhecidas, conforme divulgado na Nota 4. *Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar. Consequentemente, todos são mensurados ao custo amortizado. Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, os saldos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo somente é registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. g) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando também tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. h) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos liquidas das comissões pagas às mantenedoras de cartão de crédito e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas, a qual é constituída, quando identificado algum risco de recuperabilidade, considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota 4. i) Estoques: Os estoques de matérias-primas e embalagens são avaliados e demonstrados ao custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os insumos usados não processo de produção. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. Tendo em vista a característica dos estoques mantidos pela Companhia e suas controladas, a administração concluiu em suas análises sobre a não necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o saldo de estoques. j) Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota 10. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "outras (despesas) receitas – líquidas". Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. k) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo do momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada, perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora da caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário à mudança na vida útil, de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados por ágio, licenças de uso de softwares, fundo de comércio, gastos com implantação de restaurantes, base de franqueados e contrato máster de franquia. l) Impostos: *Impostos sobre as vendas de produtos e serviços:* As receitas de venda de produtos e prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas.

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquota
Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS	3,20%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	ISS	2,00%

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de venda de produtos e serviços. *Imposto de renda e contribuição social – correntes:* A Companhia e suas controladas estão sob o regime de tributação do lucro real. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Em razão dos saldos relevantes acumulados pela Companhia e algumas de suas controladas que possuem suas apurações fiscais pelo regime de lucro real e da ausência de uma expectativa precisa quanto à geração de lucro tributável em um período razoável e em montantes suficientes para compensar os potenciais saldos de tributos diferidos ativos, a Companhia optou pela não constituição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. m) Participação nos Lucros e Resultados (PLR): A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos em concordância com o estabelecido no acordo sindical. Estas metas são definidas e aprovadas no início de cada exercício. n) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia classifica os juros pagos de empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, tendo em vista que estes juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. p) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa são apresentados em reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. As transações em moeda estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, o Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da atualização dos saldos ativos e passivos resultantes da diferença entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado. q) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. r) CPC 06 (R2) – Arrendamentos: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 12. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos arrendamentos foi de 11,08% (6,8% em 2021). s) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro: Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos que requeiram o reconhecimento de provisões. t) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)* As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. *Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:* Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A Companhia avaliou os contratos e não identificou impactos nas demonstrações financeiras. *Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:* A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. *Referências à Estrutura conceitual:* As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15 (R1) – Combinação de negócios para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios do CPC 25, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15(R1) para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. *CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez:* A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) do CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) do CPC 37(R1). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por não ser um adoptante pela primeira vez. *CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:* A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício. As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2022. *Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, foram emitidas alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. *Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, foram emitidas alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. *Alterações ao CPC 26: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, foram emitidas alterações ao CPC 26, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a) Avaliação do valor recuperável de ativos: De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. O principal ativo da Companhia que tem seu valor de recuperação anualmente testado no final de cada exercício social se refere ao ágio reconhecido por expectativa de rentabilidade futura apresentado na Nota 11. Os demais itens do ativo imobilizado e intangível são testados mediante a identificação de indicativos de perda, o que não ocorreu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.5. Reapresentação para correção de erros:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, aprimorou suas práticas contábeis e realizou alterações no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e nas demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo nesta data, originalmente incorporados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 31 de março de 2022. Os ajustes representados pelas reclassificações realizadas no balanço patrimonial e nas demonstrações dos fluxos de caixa se encontram divulgados abaixo, para melhor apresentação. A reclassificação realizada no passivo circulante teve como objetivo destacar as obrigações originalmente contraídas com os fornecedores, as quais tiveram suas condições originais substancialmente modificadas (prazo de pagamento e valores) em razão das operações de risco sacado realizadas com parte relacionada, conforme divulgado na Nota 8.1. Em relação à reclassificação realizada nas demonstrações dos fluxos de caixa, tem como objetivo acompanhar a natureza das obrigações reconhecida no passivo da Companhia, que deixaram de ser tratadas como obrigações operacionais, justificando, portanto, sua reclassificação para as atividades de financiamento. Em função do custo financeiro das operações de risco sacado já ter sido reconhecido como despesa financeira de acordo com sua competência, não há impacto material no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Referidos ajustes foram realizados com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme demonstrado a seguir: *Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021*

	Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Fornecedores	34.043	(13.287)	20.756
Partes relacionadas (risco sacado)	–	13.287	13.287
Total do circulante	218.392	–	218.392
Total do passivo	325.860	–	325.860

Demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Fornecedores	12.138	(13.287)	(1.149)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.069)	(13.287)	(19.356)
Partes relacionadas (risco sacado)	–	13.287	13.287
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	94.053	13.287	107.340

3. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	–	–	715	675
Bancos	100	208	327	631
Aplicação automática	–	–	13.817	3.929
Certificados de Depósitos Bancários	–	–	–	218
Total de caixa e equivalentes de caixa (1)	100	208	14.859	5.453
Fundos de investimento (2)	6.483	5.894	6.483	5.894
	6.583	6.102	21.342	11.347

(1) Os equivalentes de caixa representam contas bancárias e aplicações financeiras, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são aplicações automáticas em bancos de primeira linha que podem, a qualquer momento, serem resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações possuem um rendimento médio de 80% a 102,5% do CDI (120% do CDI em 2021). (2) Os saldos referem-se a fundos de investimentos não exclusivos mantidos em bancos de primeira linha e possuem um rendimento médio de 101% a 103% do CDI (110% do CDI em 2021).

Diretoria

Carlos Eduardo Martins e Silva – Diretor Presidente
Marco Antonio de Mello Franklin – Diretor sem designação
Gabriel Simões Guioto Ribeiro – Diretor sem designação
Fernando Dias Soares – Diretor se designação

Contador

Thiago Cesar Fortes
CRC- RJ-124957/O-2

TERROR EM BRASÍLIA

STF julgará se 100 acusados viram réus por atos golpistas

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, agendou para o dia 18 de abril o começo do julgamento das primeiras denúncias de pessoas acusadas de participação nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Rosa atendeu a pedido do ministro relator, Alexandre de Moraes, e estabeleceu que as primeiras cem denúncias serão analisadas entre os dias 18 e 24 de abril, no plenário virtual do STF.

Os ministros vão decidir se tornam réus as pessoas denunciadas em dois inquéritos —50 delas relacionadas à investigação que apura os instigadores dos atos que resultaram na invasão e depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. O restante das denúncias está no inquérito que investiga os executores dos ataques.

No começo de abril, a PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou mais 203 denúncias contra acusados pelos atos golpistas, totalizando 1.390 denunciados.

As 203 pessoas denunciadas na ocasião vão responder pelos crimes de incitação equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constitucionais e associação criminosa, cuja pena máxima, em caso de condenação, é de até quatro anos de reclusão.

Já nas denúncias contra executores, que respondem por crimes mais graves, como golpe de Estado e tentativa violenta de abolição do Estado democrático de Direito, com penas que podem chegar a 30 anos de reclusão, a PGR pediu a manutenção das prisões cautelares.

A denúncia é a primeira etapa de uma ação penal pública. Ela é apresentada ao término das investigações. Se ela for aceita pelo STF, transforma acusados em réus e pode resultar no futuro na condenação pelos crimes apontados.

LIRA&PACHECO

Congresso instala comissões de MPs após 2 meses de impasse

O Congresso Nacional instalou ontem três comissões mistas para analisar medidas provisórias (MPs) do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após mais de 60 dias de impasse entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Foram instaladas as comissões que analisarão MPs consideradas estratégicas para o Executivo: a que trata da estrutura do governo, a que instituiu o novo Bolsa Família e a do novo Minha Casa, Minha Vida. Também foram definidos os presidentes e relatores para duas delas.

Deputados federais ameaçavam não dar quórum para a instalação das comissões mistas, e a reunião do primeiro colegiado começou com quase uma hora de atraso. O deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) chegou a receber uma salva de palmas por viabilizar a instalação da MP dos ministérios.

"Forças ocultas já tiraram a MP do Carf. E está querendo exigir do governo quais são as outras que o governo vai retirar. Enquanto isso não for dito, ele vai tentar modestamente influir no quórum. Infelizmente", criticou o líder da maioria no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), em referência velada a Lira.

O líder do PSD, senador Otto Alencar (BA), disse: "Nós todos aqui estamos de acordo com a lei. Quem não está aqui está fora da lei". O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), monitorava o número de deputados presentes na sala para iniciar a sessão.

O ex-presidente do Senado e presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), será presidente da comissão mista da MP que criou ministérios no início do governo Lula.

Sem o nome do relator, Alcolumbre chegou a suspender a sessão até esta quarta-feira. Minutos depois, o senador anunciou que havia recebido da Câmara a indicação do deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL) para a relatoria. O deputado Marco Bertaiolli (PSD-MG) será vice-presidente.

Ao final da reunião, Bulhões negou que a Câmara tivesse esvaziado a instalação das comissões mistas de propósito e afirmou que os líderes da Casa estavam reunidos na mesmo horário.

SUS

Saúde vai credenciar 57 mil equipes para reforçar unidades básicas

O Ministério da Saúde informou que irá credenciar 57 mil equipes para reforçar e ampliar o atendimento nas unidades básicas, consideradas a porta de entrada no Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o ministério, o credenciamento das novas equipes irá zerar a fila de pedidos pendentes de municípios feitos até janeiro deste ano. No total, 3,8 mil municípios serão atendidos e mais 33,8 milhões de brasileiros passarão a ter atendimento médico na rede pública. Para as contratações, será liberado montante de R$ 1,6 bilhão ao ano.

Os profissionais de saúde serão deslocados para o Mais Médicos, saúde da família (1,4 mil), agentes comunitários (30 mil), programa de assistência odontológica (3,6 mil equipes), atenção primária (2,9 mil) e consultórios de rua (30).

Segundo o ministério, 47 equipes serão credenciadas para atender populações ribeirinhas.

"Esse primeiro atendimento, realizado nas Unidades Básicas de Saúde, é responsável pelo acompanhamento da situação de saúde da população, prevenção e redução de doenças. Nesse contexto, preencher os vazios assistenciais que deixaram de ser atendidos pelo governo anterior é uma forma de resgatar o direito e o acesso da população brasileira à saúde", diz nota divulgada pela pasta.

Os estados e municípios terão 90 dias para efetivarem o credenciamento das equipes. O prazo para gestores locais do SUS apresentarem novas solicitações é de 40 dias.

ABRIL VERMELHO

MST faz aceno a Lula e descarta onda de invasões

O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Paulo Rodrigues, descarta a realização de uma onda de invasões de propriedades no Abril Vermelho, jornada anual de ações do movimento para lembrar o massacre de Eldorado do Carajás (1996) e chamar atenção para a pauta da reforma agrária. Rodrigues explicou que devem ocorrer ocupações pontualmente, mas não dezenas ou mesmo centenas, o que caracterizada a jornada anual do MST.

Desde o começo do mês, membros do MST já invadiram uma área em PE e a superintendência do Incra em Alagoas, comandada por César Lira, primo do presidente da Câmara, Arthur Lira. "Fizemos 16 ocupações de terra em 2023. Possivelmente haverá mais mobilização na semana que vem, que pode se dar em marchas, assembleias, atos nas capitais, nas assembleias legislativas", disse o líder do MST.

BANCADA DA BALA

Sessão com Dino na Câmara é encerrada após xingamentos e bate-boca

Em uma repetição do que ocorreu na sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a audiência com o ministro da Justiça, Flávio Dino, ontem na Comissão de Segurança e Justiça da Câmara dos Deputados foi marcada por bate-boca, discussões, interrupções e precisou ser encerrada por seu presidente antes do final devido à desordem.

"Se lá na CCJ foi aquela pantomima, aqui não vai ser", chegou a dizer Sanderson (PL-RS), presidente da comissão, ainda no início das primeiras discussões. Mas não foi o que aconteceu, e a audiência durou menos de duas horas.

Dentre os bolsonaristas, deputados como delegado Éder Mauro (PL-PA), Gilvan da Federal (PL-ES) e Junio Amaral (PL-MG) foram alguns dos protagonistas das discussões. Pela base do governo, estavam presentes nomes como Orlando Silva (PC doB-SP), Duarte (PSB-MA) e Gervásio Maia (PSB-PB).

Amaral iniciou seu questionamento a Dino dizendo que era preciso corrigir o que houve de errado na CCJ, em referência às discussões. Em seguida, acabou gerando bate-boca ao criticar a atual base do governo, que segundo ele agia como "thutchuca contra organizações criminosas e tigrão contra manifestantes do 8 de janeiro".

O deputado Duarte (PSB-MA) acusou a deputada Carla Zambelli (PL-SP) de xingá-lo quando os microfones estavam desligados e durante um dos diversos bate-bocas da sessão.

"Repudio veementemente essa atitude inaceitável e total falta de exemplo. Irei representá-la no Conselho de Ética. Respeito é a base de qualquer diálogo", afirmou Duarte após a audiência.

Durante o encontro, Dino defendeu o fortalecimento das polícias, criticou o incentivo ao porte de armas por cidadãos comuns, disse não ver problema na visita que fez à comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, e criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ministro de Lula afirmou que sua pasta intensificou o trabalho de monitoramento às redes de ameaça às escolas. Acrescentou que irá abrir um edital para que governos estaduais enviem projetos de patrulhas escolares.

"Temos plataformas que estão colaborando muito, outras que estão colaborando menos que o necessário para que haja a moderação deste conteúdo de ódio, agressão, propagação de violência e apologia à violência contra crianças e adolescentes", disse o ministro.

A sessão na Comissão de Segurança Pública foi encerrada após uma discussão de cerca de cinco minutos ininterruptos entre parlamentares do governo e da oposição.

ESCOLAS

MPF pressiona Twitter por medidas que evitem incitação a ataques

O Ministério Público Federal em São Paulo cobrou o Twitter que informe se está tomando medidas para moderar publicações que possam configurar incitação à violência e atentados em escolas.

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do órgão enviou um ofício à diretoria jurídica do Twitter Brasil solicitando uma série de informações, que devem ser respondidas em dez dias.

Foi solicitado que a rede social informe, primeiro, quais perfis e conteúdos foram apontados pelo Ministério da Justiça como de necessária moderação, por conterem palavras-chave sobre ataques a escolas. O Twitter também deverá listar quais desses conteúdos foram efetivamente moderados e o que fundamentou a decisão de eventualmente não seguir a recomendação do Ministério da Justiça.

A Procuradoria ainda requisitou informações sobre "outras providências adotadas, nesse período, em termos de moderação de conteúdos relacionados a ameaças de ataques a escolas". Por último, pediu que a plataforma explique se tem planos de elaborar protocolos no médio prazo sobre "moderação de conteúdo em contextos emergenciais".

A requisição do Ministério Público faz parte de uma série de ações tomadas por autoridades na esteira de atentados contra escolas no país. Na última quarta-feira, um homem invadiu uma creche em Blumenau (SC) e matou quatro crianças. Na manhã de ontem, um adolescente esfaqueou três colegas em Santa Tereza de Goiás (GO), também numa escola --as vítimas não têm ferimentos graves. No final de março, um adolescente de 13 anos matou a facadas uma professora de 71 na escola estadual Thomazia Montoro, na zona oeste de São Paulo.

No ofício encaminhado ao Twitter, o Ministério Público em São Paulo afirma que há "um quadro de circulação, nos últimos dias, de um grande número de conteúdos, no ambiente digital, que podem constituir tanto desinformação socialmente danosa, ao noticiarem supostos ataques que não estão sendo de fato planejados, quanto incitação à violência, e que está inserido, portanto, no escopo do presente Inquérito Civil Público".

"Isso fixado, entendo imperioso cobrar, junto à plataforma Twitter, informações detalhadas sobre quais as providências que ela está adotando, em caráter emergencial, com vistas à moderação de conteúdo capaz de afetar direitos fundamentais, no contexto de possíveis ataques a escolas que se noticiam para ocorrer nos próximos dias, até 20/04/2023", escreveu o procurador da República Yuri Corrêa da Luz.

"Tal cobrança de informações é, no caso, devida para aferir a eventual responsabilidade, da plataforma, por violações de direitos fundamentais que possam decorrer de uma constatação de deficiência de sua política de enfrentamento à desinformação socialmente danosa e à violência no mundo digital".

LÍDERES PARTIDÁRIOS

Tarcísio cobra rapidez em reajuste a policiais

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reuniu dez líderes de partidos que formam a base de governo na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) para um almoço na ala residencial do Palácio dos Bandeirantes ontem.

O encontro com os deputados não estava listado na agenda oficial do governador.

No almoço, Tarcísio desejou boa sorte ao trabalho dos parlamentares, que começou no dia 15 de março, e apresentou as prioridades do Executivo para este ano. A primeira delas é o reajuste salarial para polícias Civil e Militar.

A proposta deverá ser enviada à Alesp na semana que vem. Tarcísio comentou que a SSP (Secretaria de Segurança Pública) finaliza os estudos do reajuste. A ideia é conceder o aumento de forma escalonada e de acordo com a função na corporação, sem definir um percentual para todas as carreiras.

O governador deixou clara a intenção de aumentar o funcionalismo ao longo da sua gestão.

Outras temas debatidos integram o pacote de projetos de concessões às empresas privadas a reforma de escolas, o desassoreamento do rio Tietê e o trem para ligar a capital a cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos.

Estiveram presentes os deputados Carlos Cezar (PL), Milton Leite Filho (União Brasil), Altair Moraes (Republicanos), Vinicius Camarinha (PSDB), Itamar Borges (MDB), Paulo Corrêa Júnior (PSD), Gerson Pessoa (Podemos), Delegado Olim (PP), o líder do governo, Jorge Wilson (Republicanos), e o presidente da Alesp, André do Prado (PL).

SHOPPING

Cracolândia na porta faz público sumir

Templo do motociclismo instalado no maior polo do planeta dedicado ao comércio de motocicletas e acessórios. É desta forma que lojistas descrevem o Shopping Moto e Aventura e os quarteirões no entorno, em Campos Elíseos, região central da cidade de São Paulo. Apesar dos atrativos para aficionados pela vida sobre duas rodas, o lugar está cada vez mais vazio.

O público começou a sumir no final do ano passado, quando a cracolândia se instalou na porta do shopping. As vendas despencaram 70%, relatam comerciantes. Lojas encerraram atividades e, agora, o próprio centro de compras pode fechar suas portas. Pelos corredores, vitrines vazias ou cobertas com papelão parecem ser maioria nos dois pisos superiores. No térreo, modelos raros de Harley-Davidson e de outras marcas icônicas, alguns avaliados em cerca de R$ 500 mil, seguem expostos para quase ninguém ver. Tudo muito diferente do tempo em que o lugar, com 65 lojas e 300 funcionários, atraía visitantes. Hoje o shopping funciona com cerca de 40% das suas lojas fechadas -25 espaços para locação estão vagos. Esse processo de esvaziamento vem ocorrendo desde a crise econômica de 2015 a 2018.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 31º 20º 5% 06:05 17:41

TURISMO

Instalação de tirolesa nos morros do Pão de Açúcar, gera protestos

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Está prevista para o início do segundo semestre deste ano a inauguração de uma tirolesa entre o Pão de Açúcar e o Morro da Urca, no Rio de Janeiro. A nova atração é anunciada pela empresa Parque Bondinho Pão de Açúcar como um "presente para o Brasil" que vai "encantar os visitantes". Um grupo de moradores e de entidades montanhistas pensa diferente. Eles têm se mobilizado contra o projeto em manifestações públicas e nas redes sociais, por entender que a novidade vai impactar negativamente o monumento natural e a região como um todo. Depois da repercussão, as obras chegaram a ficar quase um mês paralisadas, mas foram retomadas no fim de março.

O projeto prevê quatro linhas de tirolesa, em uma descida de 55 metros de extensão, com velocidade máxima de 100 quilômetros por hora (km/h). A duração do percurso será de quase 50 segundos. Até 100 pessoas poderão usar a tirolesa por hora. A responsável pelo projeto é a Índio da Costa, empresa de arquitetura e design. O planejamento técnico da tirolesa é da francesa Aerofun Fantasticable, especializada em transporte gravitacional.

O principal grupo de oposição ao projeto é o Movimento Pão de Açúcar Sem Tirolesa. Ele se apresenta como global, por liderar um abaixo-assinado com quase 15 mil assinaturas de dezenas de países diferentes. E diz ter uma composição heterogênea: moradores do bairro da Urca, montanhistas, defensores do patrimônio, ambientalistas, pesquisadores e geólogos. O grupo afirma que se baseia em argumentos "técnicos e legais, e não afetivos ou opinativos".

Entre os problemas apontados estão as licenças, que estariam irregulares. Para o movimento, o impacto ambiental teria sido subavaliado e haveria erros técnicos. O corte nas rochas para instalação da tirolesa representaria um sério risco geológico. O grupo diz também que a principal preocupação da empresa responsável pelo Pão de Açúcar é aumentar a receita e o fluxo de turistas em um lugar que eles consideram já saturado. Outra reclamação é que há uma tentativa de abafar e desqualificar o movimento. O movimento destaca ainda que os testes de ruído da tirolesa foram imprecisos e não mediram corretamente o impacto sonoro.

Segundo o designer Guto Índio da Costa, a espessura dos cabos da tirolesa é de 15 milímetros, e toda a estrutura foi pensada para ter o menor impacto na rocha e na paisagem. Ele disse que todas as áreas fundamentais estão sendo consideradas: ambiental, visual, sonora e patrimonial. Sandro Fernandes, diretor do Parque Bondinho Pão de Açúcar, afirmou que o projeto está sendo discutido há dois anos e meio com autoridades e representantes da sociedade civil. Ele garantiu que as licenças estão todas em dia e minimizou as reações negativas.

"Não podia ser diferente essa inquietação, são as pessoas querendo conhecer melhor o projeto. Todas as pessoas que já viram, foram mais de 500, aprovaram e sabem da beleza, não só arquitetônica, mas também da qualidade de sustentabilidade, do que vai agregar de valor para a visitação. E vai colocar a experiência turística do Rio de Janeiro em outro patamar."

ENTIDADES

Outras entidades não querem a instalação da tirolesa. A Associação de Moradores da Urca, bairro onde está situado o Pão de Açúcar, defende que a tirolesa vai descaracterizar o monumento. Para a associação, ele deveria ser "um mirante com uma paisagem inigualável para contemplar" e vai virar "um parque radical onde a adrenalina predomina". A Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (Femerj) também disse ser contrária às intervenções nos cumes do Morro da Urca e do Pão de Açúcar, e na estação da Praia Vermelha.

Em publicação recente, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap) considerou que há uma ameaça à integridade da paisagem. Para a Abap, as administrações públicas devem se posicionar contra as intervenções, porque o monumento geológico "não pode sofrer qualquer modificação, mesmo que 'quase transparente'". A entidade afirmou que o "Pão de Açúcar está 'pronto' e, como tal, não precisa de qualquer acréscimo".

PREFEITURA E IPHAN

A prefeitura do Rio informou, em nota, que fiscalizou as obras da tirolesa no dia 7 de março. Ao verificar que havia perfurações em rochas, suspendeu os trabalhos no trecho e acionou a Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio). O órgão municipal emitiu uma licença para a continuidade das obras no dia 21 de março. A aprovação foi dada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS), que não registrou "descumprimento de qualquer condicionante do licenciamento do projeto".

Devido ao fato de o Complexo do Pão de Açúcar ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1973, interferências no local também precisam do aval do órgão federal. O Iphan informou que existem dois projetos para o Parque Bondinho Pão de Açúcar. O primeiro é a instalação da tirolesa, que o órgão já aprovou e faz vistorias quinzenais. Além disso, afirma ter orientado a empresa responsável pelas obras a adotar procedimentos que diminuam o impacto visual da nova estrutura e preservem o "valor paisagístico do Pão de Açúcar, que fundamenta o tombamento". O que foi contemplado no projeto aprovado.

ALEMANHA

Brasileiras que tiveram malas trocadas finalmente são soltas

As brasileiras Kátyna Baía, 44, e Jeanne Paolini, 40, foram soltas na Alemanha ontem após passarem mais de um mês presas. Elas tiveram a identificação da mala trocada e foram presas em Frankfurt sob a acusação de levar 40 kg de cocaína na bagagem. O pedido de soltura foi feito pelo Ministério Público alemão.

Investigações da Polícia Federal apontaram que elas foram vítimas de uma quadrilha que trocava bagagens no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Um dia antes do embarque das brasileiras, o mesmo golpe foi aplicado em uma mala que iria para a França, segundo a PF.

A soltura foi confirmada pelo Ministério das Relações Exteriores e por Chayane Kuss, advogada que faz a defesa das brasileiras na Alemanha. Ela afirmou, ainda, que o pedido de soltura feito pelo Ministério Público alemão, direcionado diretamente ao presídio, é feito inédito no país.

A dupla foi presa em 5 de março. Ontem, Lorena Baía, irmã de Kátyna, e Valéria Paolini, mãe de Jeanne, seguiram para a Alemanha com a advogada de defesa no Brasil, Luna Provázio.

A advogada afirmou à Folha de S.Paulo, na segunda-feira, que a prioridade era uma reunião da família, para depois acompanhar o processo com o consulado brasileiro em Frankfurt, onde elas estavam presas, e a equipe de defesa local.

No início da tarde desta terça, o Ministério das Relações Exteriores confirmou, em nota, que as brasileiras foram liberadas e que um representante do Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt acompanhou as familiares até o presídio para a soltura.

Para o delegado Bruno Gama, responsável na Polícia Federal de Goiás pela investigação que prendeu seis pessoas envolvidas no golpe em Guarulhos, o caso de Paris, executado da mesma forma, com a troca de etiquetas, reforça a inocência de Kátyna e Jeanne.

Segundo ele, as diferenças nas malas também são provas importantes. "As bagagens remetidas por elas aqui em Goiânia eram diferentes das apreendidas na Alemanha em cor e peso", disse.

SERGUEI LAVROV

Chanceler da Rússia visitará Cuba e Venezuela após passar pelo Brasil

Depois de passar pelo Brasil, nos próximos dias 17 e 18, o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov (**foto**), irá à Venezuela e a Cuba, segundo a Folha de S.Paulo apurou.

A viagem ao Brasil do ministro, há quase 20 anos à frente da diplomacia russa, foi acertada em encontro com o chanceler Mauro Vieira na Índia, em reunião do G20, em março. Depois, ele se encontrou com Celso Amorim, assessor da Presidência para política externa, em Moscou.

No Brasil, Lavrov deve falar sobre o conflito no Leste Europeu após o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defender a ideia ainda pouco concreta de uma espécie de clube da paz para interromper a guerra —o assunto foi tratado durante a ida de Amorim ao Kremlin.

A agenda econômica também estará nas tratativas. Em 2022, segundo relatou a agência estatal de notícias Tass, o volume de suprimentos agrícolas russos enviados ao Brasil cresceu 2,5 vezes. O país de Vladimir Putin teria enviado US$ 128 milhões em produtos agroindustriais ao Brasil.

"Assim, a nação latino-americana se junta aos 50 maiores compradores de alimentos russos devido a essa dinâmica", diz uma nota do Ministério da Agricultura da Rússia mencionada pela Tass.

O chanceler também deve falar sobre o Brics, o bloco de países que Rússia e Brasil integram ao lado de África do Sul, China e Índia. Em recente reunião com embaixadores do bloco, Lavrov pediu, ainda segundo a Tass, que haja esforços para conter "ações destrutivas do Ocidente".

WIKIPÉDIA

"Lavrov enfatizou a necessidade de esforços conjuntos para combater as ações destinadas a destruir a arquitetura de segurança estabelecida que estão sendo realizadas de acordo com as políticas neocoloniais de países ocidentais", disse a chancelaria russa em um comunicado.

Ainda durante a corrida eleitoral brasileira, Putin disse, em resposta a um questionamento da Folha de S.Paulo durante evento em Rogozinino, na Rússia, que tinha boas relações com Lula e com Jair Bolsonaro (PL).

Desde que o petista voltou ao Planalto, Moscou tem recebido acenos brasileiros, em especial com a proposta do "clube da paz". Os gestos têm sido criticados por alguns especialistas, segundo os quais o governo Lula 3 não tem feito o mesmo movimento em relação à Ucrânia.

Nota

CASTRO PARTICIPA DA ABERTURA DA 13ª EDIÇÃO DO MAIOR EVENTO DE SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA

O governador Cláudio Castro participou da abertura da 13ª edição da LAAD Defense & Security, ontem, no Riocentro, Zona Oeste do Rio. O evento, que é o maior da América Latina, traz os lançamentos de tecnologia, armamento e defesa para as forças de segurança, reunindo 364 expositores de 44 países. As polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros participam da feira com estandes, destacando as novidades no trabalho das corporações. A realização da convenção retorna ao estado depois de quatro anos. "A volta da realização da feira aqui no Rio de Janeiro corrobora com o trabalho que estamos fazendo na segurança neste momento. Temos em construção o maior Centro de Treinamento Policial da América Latina, fizemos a compra de equipamentos de última geração no combate a incêndio e a tragédias e ainda adquirimos mais de 21 mil câmeras corporais.", disse Cláudio Castro.

ARGENTINA HOTEL SOCIEDADE LTDA
CNPJ: 33.196.171/0001-97
CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os sócios cotistas, nos termos do Art. 1071 – I e II – do CCB, a comparecerem à Assembleia de Sócios na sede da empresa na Rua Cruz Lima, 30 – Rio de Janeiro – RJ, no dia 02/05/2023, às 08:30 h, em 1ª convocação e às 09:00 h em 2ª e última convocação, para deliberarem sobre Alteração de Contrato Social, para Exclusão de Sócio por Justa Causa.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária – Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 – parte – Jardim Botânico – Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre o resultado do exercício e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Administração.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária – Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre os resultados dos exercícios e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Diretoria.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 17:40h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 28º andar (parte), com vistas a deliberar sobre a seguinte matéria: Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **Instruções Gerais:** Os instrumentos de mandato, para representação na Reunião, deverão ser depositados na sede social da Sociedade com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Reunião.
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A. - *Companhia fechada*
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas da **REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.** ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), que ocorrerá no dia 19/04/23, às 15:00 horas, **sob formato exclusivamente digital**, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/22; **2.** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; **4.** A eleição dos Diretores da Companhia; e **5.** A remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/23. **Documentos da Assembleia:** os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") foram publicados no jornal Diário do Acionista. Os acionistas que desejarem o envio dos documentos por meio digital, devem solicitá-los à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Participação na Assembleia:** os acionistas participarão da Assembleia nos termos do art. 126 da Lei das S.A. A Assembleia será realizada por videoconferência, em plataforma digital específica, nos termos do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20. As instruções detalhadas para a participação virtual devem ser solicitadas pelos acionistas interessados à Companhia com, pelo menos, 24 horas de antecedência, por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Votação:** para a votação na Assembleia, os acionistas poderão optar por manifestar seu voto (i) por participação remota durante a videoconferência; ou (ii) via boletim de voto a distância enviado à Companhia, com no mínimo 5 dias de antecedência da Assembleia. Em qualquer hipótese, o acionista deverá comunicar a sua escolha e solicitar as instruções detalhadas para sua participação à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. Rio de Janeiro, 11/04/23. **Mario de Andrade Ramos Neto** - Diretor

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.
CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 13:40 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia; e b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2023. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023. Norberto Aguiar Tomaz. Diretor Presidente.

LIGAFUTEBOL S.A.
CNPJ: 02.217.325/0001-56 - NIRE: 33.3.0016630-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 11:40 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia; e b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2023. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Diretora Presidente.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
CNPJ/MF Nº 04.743.858/0001-05 - NIRE 33300269011
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023
LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua São Francisco Xavier, nº 603, 4º andar - parte, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, às 8:00 horas. QUORUM: Presentes os representantes da integralidade do capital social. MESA: Presidência da Sra. Maria Abreu do Valle e secretariado pelo Sr. Vinicius Leite Correa. CONVOCAÇÃO: Publicação dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da companhia. ORDEM DO DIA: Eleger os membros da Diretoria, fixando mandato e remuneração. DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE: Os acionistas deliberaram sobre a eleição dos membros da Diretoria da Sociedade para um mandato de 02 (dois) anos, aprovando-a por unanimidade. Assim, a composiç& atilde;o da Diretoria da Sociedade será a seguinte: Diretora Presidente: Maria Abreu do Valle, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 145.508 OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 104.639.697-82; Diretor: Vinicius Leite Correa, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 11.569.972-0 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 074.846.507-30; Diretor: Luciano Reis da Silva, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 012.370.033-8 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 099.636.977-55. Os honorários globais anuais da Diretoria foram fixados em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), distribuídos proporcionalmente entre seus membros. Revoga-se automaticamente neste ato quaisquer mandatos outorgados anteriormente a pessoas diversas da ora eleitas. ENCERRAMENTO: Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pel a qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, em 10/04/2023, sob o número 00005413534.